

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - DPG/SRLI/SRLI/DCC/SRLI/DCC/SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, ÓRGÃO GERENCIADOR do Registro de Preços – Planejamento nº 308/2024, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da beneficiária indicada e qualificada nesta ATA, atendendo as condições estabelecidas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às determinações contidas na Lei Federal nº.14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº.48.779, de 23 de fevereiro de 2024 e as demais normas legais correlatas, em conformidades com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Órgão Gerenciador: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Endereço: Rua dos Guajajaras, nº 1707, bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG. CEP: 30180-099

CNPJ/MF: 05.599.094/0001-80

Representante Legal: Defensora Pública-Geral, Dra. RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS, MADEP 0472

Beneficiária dos Lotes 01 e 02: SUPREMA HIDROELÉTRICA LTDA.-EPP

Endereço: Rua Geraldo Januário de Araújo, nº 289, Bairro Funcionários, Contagem/MG

CNPJ/MF: 42.981.902/0001-04

Representante Legal: RIZINETE DAMÁZIO ROSA LOPES

CPF/MF: <***.052.946-**>

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto estabelecer as condições que disciplinarão o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos, mediante contrato ou documento equivalente, conforme especificações e condições previstas no edital e seus anexos, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os valores a serem pagos aos beneficiários serão apurados de acordo com os preços unitários registrados nesta Ata de Registro de Preços:

LOTE 01 – ABERTO A TODOS							
ITEM	CÓDIGO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM NO CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	113328	DISJUNTOR PARA REDE ELETRICA - TERMOMAGNETICO, CAP. INTERRUPTAO 5KA; 20 AMPERES; UNIPOLAR; 230/400 VOLTS - 50/60 HZ; SOBRE TRILHOS	UNID	SOPRANO-SHB1 GII C0 20A-05121.0020.11	50	R\$ 6,97	R\$ 348,50

2	109592	DISJUNTOR PARA REDE ELETRICA - TERMOMAGNETICO - MINIMO 5KA - 25 AMPERES; BIPOLAR; 400 VOLTS 50/60 HZ; QUADRO ELETRICO	UNID	SOPRANO-SHB2 GII-C025A-05121.0025.21	50	R\$ 34,05	R\$ 1.702,50
3	840017	GUIA PARA PASSAGEM DE FIOS E CABOS ELETRICOS - MATERIA-PRIMA: ACO COM REVESTIMENTO EM PVC; MEDIDA: 20 METROS, PASSAGEM DE FIOS EM REDE ELETRICA;	UNID	MEGATRON-20M 708	50	R\$ 23,00	R\$ 1.150,00
4	639087	CORDAO ELETRICO - PARALELO; FLEXIVEL; COBRE NU; MOLE; 4;PVC 300V; 2 X 2,50MM2; BRANCA	1,00 METRO	CONDUMIG PARALELO	5.000	R\$ 4,43	R\$ 22.150,00
5	1018612	CONECTOR RJ-45 MACHO -CAT 5E	UNID	STORM-RJ45 MACHO	4.000	R\$ 0,50	R\$ 2.000,00
6	1185047	FILTRO DE LINHA - TOMADAS: COM 05 TOMADAS DO TIPO N,F,T(NEUTRO, FASE E TERRA); POTENCIA MAXIMA: 1000 VA EM 115 VOLTS / 2000 VA EM 220 VOLTS; AMPERAGEM: 10A; TENSAO ENTRADA: 115/220 VOLTS;	UNID	KAHEL-5TABS	500	R\$ 22,98	R\$ 11.490,00
7	974544	LUMINARIA DE EMERGENCIA - PLASTICO RESISTENTE	UNID	ELGIN-30L	200	R\$ 14,53	R\$ 2.906,00
8	1265393	FITA ISOLANTE - FITA PLASTICA ISOLANTE P/CONDUTORES BAIXA TENSAO; 19MM X 20 M - ISOLACAO 750 VOLTS, TEMPERATURA 80°; PRETA	UNID	PRISMATEC-19X20	1.400	R\$ 4,92	R\$ 6.888,00
9	1310623	TOMADA SISTEMA X, CONECTOR PINO CILINDRICO 2P + T, 250V, 20A	UNID	PLUZIE-9012	1.600	R\$ 8,00	R\$ 12.800,00

10	1419234	TOMADA PARA REDE ELETRICA - MODULO RETANGULAR; FEMEA; 2P+T; TERMOPLASTICO AUTO ESTINGUIVEL; 250 VOLTS; 10 AMPERES; BRANCA	UNID	PLUZIE-MOD-10A	50	R\$ 6,06	R\$ 303,00
11	1462580	LUMINARIA - TIPO: PAINEL LED SOBREPOR; ESTRUTURA: ALUMINIO; ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTATICA BRANCA; MEDIDAS: 40 CM X 40 CM; VIDRO: TRANSPARENTE; TIPO LAMPADA: LED 36 WATTS 6000K; TENSAO: 127V;	UNID	Evoled-LE-4638	200	R\$ 96,00	R\$ 19.200,00
12	1464604	LUMINARIA - TIPO: PAINEL LED SOBREPOR; ESTRUTURA: ALUMINO FUNDIDO; ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTATICA NA COR BRANCA; MEDIDAS: 30CM X 30 CM; VIDRO: VIDRO TRANSPARENTE; TIPO LAMPADA: LED 18W 6000K BRANCA; TENSAO: BIVOLT OU 127 V;	UNID	Evoled-LE-4636	200	R\$ 29,70	R\$ 5.940,00
13	1688685	LÂMPADA LED TUBULAR - 18W	UNID	ADVANCED 18W- 6500K	3.000	R\$ 11,00	R\$ 33.000,00
14	1689274	LÂMPADA LED COMPACTA E 27 - 12W	UNID	KIAN-17904	500	R\$ 5,55	R\$ 2.775,00
15	1806092	CABO DE REDE - UTP/CM; 04 PARES; 5,00 MM; NU; AZUL; 5E	METRO LINEAR	MPT-CABLE CAT5E CMX	305.000	R\$ 2,01	R\$ 613.050,00

16	1818678	LUMINARIA - TETO/SOBREPOR; CHAPA DE ACO; PINTURA ELETROSTATICA BRANCA; 50 MM X 1250 MM X 225 MM (APROXIMADAS); SEM VIDRO; 2 LAMPADAS LED TUBULAR 18 W	UNID	ROMA LUZ-CS 9653SLIM	1.500	R\$ 79,80	R\$ 119.700,00
17	1516183	LUMINARIA - DE PAREDE; USO EXT.; TARTARUGA NAUTICA OVAL BLUMINARIA - DE PAREDE; USO EXT.; TARTARUGA NAUTICA OVAL BRANCA ALUMINIO INJETADO; PINTURA ELETROSTATICA EM PO DE POLIESTER; 22 X 11 X11 CM (C X L X A	UNID	BLUMENAU NAUTICA	50	R\$ 39,90	R\$ 1.995,00
18	1734989	PLAFONIER - PVC; 1 LAMPADA; E27; PORCELANA; REDONDO; CONFORME SOLICITADO PELO ORGAO/ENTIDADE	UNID	JR ILUMINAÇÃO	100	R\$ 4,84	R\$ 484,00
19	1818910	REATOR DRIVER PARA LED - POTENCIA: 35 W; TENSAO DE ENTRADA: 127/220 V; TENSAO DE SAIDA: 72-100 VDC; FREQUENCIA: 50/60 HZ	UNID	RY-TEK 25A 36W	100	R\$ 35,90	R\$ 3.590,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01:							R\$ 861.472,00

LOTE 02 – EXCLUSIVO ME/EPP							
ITEM	CÓDIGO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM NO CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM

1	1594095	REATOR DRIVER PARA LED - POTENCIA: 18 A 25 W; TENSÃO DE ENTRADA: 85 A 265 VAC; TENSÃO DE SAÍDA: 60 A 90 VDC; FREQUENCIA: 50/60 HZ;	UNID	LED DRIVER IMPORTADO 18 25W	100	R\$ 31,26	R\$ 3.126,00
2	1595415	CABO ELETRICO - UNIPOLAR; FLEXIVEL; COBRE; MOLE; CLASSE 4; PVC 750V; CAMADA EXTERNA EM PVC; 1,0MM2; VERMELHO	ROLO 100 M	CONDUMIG MINASFLEX	200	R\$ 105,00	R\$ 21.000,00
3	1595423	CABO ELETRICO - UNIPOLAR; FLEXIVEL; COBRE; MOLE; CLASSE 4; PVC 750V; CAMADA EXTERNA EM PVC; 1,0MM2; VERDE	ROLO 100 M	CONDUMIG MINASFLEX	200	R\$ 105,00	R\$ 21.000,00
4	1408038	TOMADA SISTEMA X, CONECTOR RJ45 FEMEA	UNID	TRAMONTINA 57304017	1.400	R\$ 13,64	R\$ 19.096,00
5	1713680	LÂMPADA LED TUBULAR - 9W	UNID	ADVANCED-6500K	200	R\$ 6,80	R\$ 1.360,00
6	62340	DISJUNTOR PARA REDE ELETRICA - TERMOMAGNETICO, CAP. INTERRUPTOR 6000 AMP. - 10KA; 25 AMPERES; UNIPOLAR; 230/400 VOLTS - 50/60 HZ	UNID	10KA MDWHC25 WEG	50	R\$ 9,01	R\$ 450,50
7	757519	BRACADEIRA (ACESSORIO ELETRICO) - MATERIA-PRIMA: NYLON; APLICACAO: ACONDICIONAMENTO DE FIOS E CABOS; MEDIDA: 200 X 4,5 MM;	PCT 100	RINO 200X4,5CM	200	R\$ 10,00	R\$ 2.000,00
8	949221	BRACADEIRA (ACESSORIO ELETRICO) - MATERIA-PRIMA: PLASTICA; APLICACAO: ARRANJO DE CABEAMENTO DE INFOMATICA; MEDIDA: 30 CM; TIPO: T30L;	UNID	DECORLUX 3,6X300MM	20.000	R\$ 0,16	R\$ 3.200,00

2.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento ou prestação de serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração Pública a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada.

2.3. Os quantitativos registrados são estimados e representam as previsões do Órgão para as compras durante o prazo de vigência deste instrumento.

2.4. A listagem de fornecedores do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

3.2. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais é a única participante do presente Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços, conforme disposto no item 1.4.6. do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia subsequente a assinatura ou data de divulgação do PNCP, podendo ser prorrogado por igual período.

5.2. A ARP estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo ou valor registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

5.3. É admitida a prorrogação da ARP quando a proposta se mantiver vantajosa, e desde que:

5.3.1. A intenção da prorrogação seja manifestada no período de sua vigência;

5.3.2. O fornecedor manifeste sua concordância com a prorrogação;

5.3.3. A publicação de termo aditivo seja realizada nos moldes estabelecidos no art. 18 do Decreto nº 48.779, de 23/02/2024.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2. A ARP poderá ser alterada quando houver necessidade de fornecimento de produto de marca ou modelo diferente daquele originalmente registrado, por motivo ou fato superveniente à licitação devidamente demonstrado pelo fornecedor e, desde que o produto possua, comprovadamente, desempenho ou qualidade igual ou superior ao inicialmente registrado, sendo vedado o aumento do preço registrado.

6.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do preço registrado, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ARP para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 33 do Decreto nº 48.779, de 23/02/2024.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor solicitar ao órgão ou à entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, e o fornecedor continuará obrigado a cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei.

7.2.3. Na hipótese do cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do preço registrado, item 9.2, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ARP sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 33 do Decreto nº 48.779, de 23/02/2024.

CLÁUSULA OITAVA - DO REMANEJAMENTO

8.1. Não se aplica.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR DA ARP E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ARP sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração Pública, sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 24 do Decreto n.º 48.779, de 23/02/2024; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.5. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.6. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, em determinada ARP, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.2.1. Por razão de interesse público;

9.2.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.2.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 23 e no § 4º do art. 24, ambos do Decreto n.º 48.779, de 23/02/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

10.1. A contratação com os fornecedores com preços registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada

por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Os instrumentos de que trata o item anterior serão assinados, aceitos ou retirados no prazo de validade da ata de registro de preços.

10.2. Os contratos decorrentes do SRP poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. As penalidades a serem aplicadas por descumprimento do pactuado na ARP e em relação às obrigações contratuais estão estabelecidas Termo de Referência.

11.2. É da competência órgão ou à entidade gerenciadora aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP, em relação a sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

11.2.1. Na hipótese de compras estaduais ou centralizadas, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá centralizar a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP para todos os participantes.

11.3. É da competência órgão ou à entidade participante do registro de preços aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP, em relação a sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Ficam vinculados a esta Ata, independente de transcrição, o Termo de Referência e o edital de licitação, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

12.2. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no EDITAL e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, do Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

13.2. Por estarem justas e acertadas, firmam os partícipes o presente instrumento, em meio eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações de Minas Gerais.

Belo Horizonte.

RAQUEL GOMES DE SOUSA DA COSTA DIAS

Defensora Pública-Geral

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

RIZINETE DAMÁZIO ROSA LOPES

Suprema Hidroelétrica



Documento assinado eletronicamente por **Rizinete Damázio Rosa Lopes, Usuário Externo**, em 19/11/2024, às 23:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Newley Kopke, Assessora Jurídica**, em 26/11/2024, às 11:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias**, **Defensora Pública-Geral**, em 26/11/2024, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0402978** e o código CRC **45F9E107**.